

RECURSO ESPECIAL Nº 1.638.380 - PR (2016/0300177-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : RUBENS DE SOUZA PEREIRA
RECORRENTE : ADEMIR COSTACURTA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO - PR028701
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : CLEIDE ROSECLER KAZMIERSKI E OUTRO(S) - PR019557
INTERES. : MARIA JOSEFA MARTINEZ DE BARROS
ADVOGADO : KELSONS AMATO - PR027481
INTERES. : RUY DA FONSECA PEREIRA
ADVOGADO : JAQUES RAFAEL NUNES DA MOTTA - PR075080
INTERES. : LUIZ CARLOS POLLI
ADVOGADOS : MARIA ELZI DE MATTOS TEIXEIRA BANZZATTO - PR011721
CILENE MARIA SKORA - PR018312
INTERES. : HERCULANO CORDEIRO JUNIOR
INTERES. : MARIA DAS GRACAS BASSETTI FRACARO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. DIREITO INTERTEMPORAL. DATA DA SENTENÇA. NORMA APLICÁVEL: ART. 20 DO CPC/73. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO JUÍZO DE EQUIDADE. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA.

1. A lei processual civil aplicável ao arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação. Precedentes: EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 08/05/2017 e REsp 1767726/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 17/12/2018.

2. O Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, admite a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial, quando o valor fixado nas instâncias ordinárias se revelar irrisório ou exorbitante.

3. Segundo precedentes das Turmas que compõem as 1ª e 2ª Seções do STJ, são irrisórios os honorários advocatícios fixados em patamar inferior a 1% do valor da causa.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA MAJORAR A VERBA HONORÁRIA PARA O MONTANTE CORRESPONDENTE A 1% DO VALOR ATUALIZADO DA

CAUSA PRO RATA, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por RUBENS DE SOUZA PEREIRA E ADEMIR COSTACURTA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido em ação monitória.

No recurso especial, os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 20, § 3º, do CPC/73 e 85, § 3º, II, do CPC/15, sustentando que *"houve equívoco por ocasião da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais em primeira instância, que seriam "razoáveis" (menos de 1% (um por cento) do valor da causa!), se fixados no valor de R\$ 5.000.00 por patrono de cada requerido, no entanto, da forma como posto, pro-rata mostrou-se ainda mais aviltante, pois, uma vez que existem 07 (sete) requeridos, cada patrono, de cada um dos requeridos, faria jus a apenas R\$ 714,28, o que é absurdo"*.

Contrarrazões às e-STJ Fls. 471-475.

Comprovado o recolhimento do preparo do recurso especial, nos termos do art. 99, § 5º, do CPC (e-STJ Fls. 487-488).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece parcial provimento.

Relativamente às preliminares apontadas nas contrarrazões, verifico que o recurso especial cumpriu os requisitos legais e constitucionais exigidos para a sua admissão. Sobre os óbices alegados, não há necessidade de reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos e a matéria recursal encontra-se prequestionada.

Preliminarmente, deve ser enfrentada a questão relativa à aplicação, no tempo, das alterações promovidas pelo Código de Processo Civil de 2015 a respeito dos honorários advocatícios sucumbenciais.

A 3ª Turma do STJ, ao julgar os EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ

(Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 08/05/2017), consagrou o entendimento de que a lei processual civil aplicável ao arbitramento dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação.

Em judicioso voto, o relator delineou a questão da seguinte forma:

*Feitas todas essas anotações, concluo que se mostram possíveis diversas soluções para a definição da aplicação no tempo das novas regras acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, trazidas pelo CPC de 2015. Dos julgados apresentados, colhem-se, pelo menos, as seguintes soluções: (I) aplicação imediata aos processos em curso, sendo possível ao julgador, em qualquer grau de jurisdição, sempre que estiver decidindo a causa – dando provimento ao recurso e rejugando a causa, com redefinição da sucumbência –, adotar os novos critérios estabelecidos pelo CPC de 2015 para fixação dos honorários de sucumbência, independentemente de o recurso ter sido interposto na égide do CPC de 1973; (II) adoção como marco temporal para aplicação do novo Código a data do ajuizamento da ação ou da execução; (III) tomar como marco temporal estático a data em que proferida a sentença stricto sensu, ou seja, se já houver sentença prolatada na vigência do CPC de 1973, mantém-se sua aplicação, no tocante aos ônus sucumbenciais, até o trânsito em julgado; e (IV) observar qual era o normativo vigente no momento da interposição do recurso, considerando, para tanto, a data em que a decisão recorrida é oficialmente publicada, para, com isso, dar ênfase ao princípio da não surpresa consagrado pelo CPC de 2015 e prestigiar a boa-fé e a legítima expectativa das partes quanto aos custos do processo no momento em que interpõem eventual recurso. De todas as soluções já trazidas pela jurisprudência, considero que a mais adequada é aquela adotada pelo Supremo Tribunal Federal na interpretação das novas regras de honorários advocatícios sucumbenciais advindas da edição do CPC de 1973. Penso, então, que **as novas regras relativas a honorários advocatícios sucumbenciais devem ser aplicadas imediatamente em qualquer grau de jurisdição, sempre que houver julgamento da causa, com a fixação ou a modificação da sucumbência.***

Portanto, se apreciando o recurso, o julgador reexamina a causa, deve, ao final, fixar os honorários advocatícios segundo os novos critérios trazidos pelo Código

*de Processo Civil de 2015, **sempre que o novo julgamento no grau recursal resultar na alteração da sucumbência.** Nessas hipóteses, por exemplo, não poderá admitir a compensação de verba honorária, terá que observar os limites tarifários fixados para as causas nas quais é parte a Fazenda Pública, entre outros regramentos.*

*De outro lado, **se no grau recursal o Tribunal julgar o recurso sem alterar a sucumbência, não lhe é dado reexaminar os honorários advocatícios tal como fixados na origem para aplicar o novo CPC.** Por conseguinte, se não houve provimento do recurso com alteração da sucumbência, não é dado ao julgador afastar, v.g, a compensação autorizada com base no antigo CPC. Pode, é claro, quando for objeto do recurso, reexaminar o valor da verba honorária fixada pelas instâncias ordinárias com respaldo no Código de Processo Civil de 1973, avaliando sua proporcionalidade e razoabilidade.*

Conclui-se, pois, que, na aplicação do direito intertemporal, as novas regras relativas a honorários advocatícios de sucumbência, advindas da edição do CPC de 2015, devem ser aplicadas imediatamente em qualquer grau de jurisdição, sempre que houver julgamento da causa já na vigência do novo Código.

No mesmo sentido: REsp 1.767.726/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 17/12/2018.

No caso, colhe-se dos autos que, no dia 12/5/2015 - sob a vigência do CPC/73 -, o juízo de 1º grau, ao extinguir a ação monitória ajuizada pelo ESTADO DO PARANÁ, condenou o ente público ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 5.000,00 (cinco mil reais) pro rata em favor dos patronos dos réus.

O acórdão recorrido, no dia 6/4/2016 - sob a vigência do CPC/15 -, negou provimento aos recursos de apelação, mantendo incólume a sentença.

Logo, considerando que o acórdão recorrido, ao negar provimento aos recursos de apelação, manteve a sentença nos termos em que prolatada, permanecendo incólume os ônus sucumbenciais fixados anteriormente, a pretensão recursal deve ser analisada à luz do Código de Processo Civil de

1973.

Assim, o recurso especial será analisado apenas no tocante à apontada violação ao art. 20, § 3º, do CPC/73.

De início, não merece amparo o argumento dos recorrentes de que o acórdão recorrido não observou o percentual mínimo de 10% do valor da causa quando arbitrou os honorários advocatícios.

Isso porque, segundo entendimento consolidado pela 1ª Seção do STJ, em julgamento sob o rito do art. 543-C do CPC, "**vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade**" (REsp 1.155.125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe de 06/04/2010).

Por outro lado, não se desconhece o remansoso entendimento do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, em regra, a análise dos critérios a serem considerados para fins de arbitramento da verba honorária, mediante a equitativa apreciação do juízo, é incompatível com a via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

Ocorre que, no caso dos autos, os honorários advocatícios foram fixados em R\$ 5.000,00 que, além de incompatível com o êxito obtido com a demanda, correspondem a 0,87% do valor dado à causa ajuizada no ano de 2012 (R\$ 569.194,79).

Com efeito, as Turmas que compõem as 1ª e 2ª Seções do STJ têm entendido como irrisórios honorários advocatícios inferiores a 1% do valor da causa ou de seu proveito econômico atualizados, na hipótese de arbitramento por equidade (art. 20, § 4º, do CPC).

Cita-se, ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA. JUÍZO DE EQUIDADE. MAJORAÇÃO. MANUTENÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior admite a revisão do juízo de equidade referente à fixação de honorários

advocatícios (art. 20, § 4º, do CPC/1973) quando o valor arbitrado é irrisório ou exorbitante.

2. Hipótese em que, sopesando a dimensão econômica e a complexidade da demanda, a decisão agravada fixou a verba honorária em 1% do valor da causa, o que é suficiente para, em concreto, remunerar dignamente o trabalho realizado, não sendo o caso de nova majoração, como postulado pelos advogados da sociedade empresária, nem de redução, como pede a parte ex adversa.

3. Agravos internos não providos.

(AgInt no REsp 1540730/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OFENSA À RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO JUÍZO DE EQUIDADE. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA.

1. Na forma da jurisprudência do STJ, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do quantum dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Posicionamento firmado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp 1.155.125/MG, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe de 6/4/2010).

2. É pacífico, nesta Corte Superior, o entendimento de que, em regra, a revisão do valor fixado em honorários advocatícios exige novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Esse obstáculo apenas pode ser afastado quando se verificar excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. No caso, o montante fixado equivale a 0,01% do valor da causa, percentual este que é desproporcional ao proveito econômico discutido (R\$ 8.184.855,84), configurando-se a hipótese da irrisoriedade. Assim, cabível a revisão da verba com sua consequente majoração para 1% do valor atribuído à causa.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1465953/SP, Rel. Ministro BENEDITO

GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. VALOR DA CAUSA DE R\$ 1.000,00. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% DO VALOR DA CAUSA, O QUE PERFAZ R\$ 100,00. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. CABIMENTO. NECESSIDADE DE REVISÃO PARA R\$ 1.000,00. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já orientara ser inviável a modificação da verba honorária, em sede de Recurso Especial, por demandar, em tese, a averiguação e avaliação do contexto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

Contudo, esse entendimento tem sido relativizado, como também o têm outras concepções que dantes eram tidas e havidas por intocáveis, como a coisa julgada, por exemplo. No casos dos autos, a verba honorária foi arbitrada em valor manifestamente ínfimo - apenas 100 reais - o que impõe a sua revisão, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da lide. Majoração para R\$ 1.000,00. Precedentes: AgRg no REsp. 1.225.273/PR, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 6.9.2011; REsp.

1.252.329/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 24.6.2011; AgRg no Ag 1.209.161/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 1.6.2011.

2 Agravo Interno da UNIÃO provido para fixar a verba honorária em R\$ 1.000,00.

(AgInt no REsp 1492865/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. CPC/2015. MÉRITO. CPC/1973. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. PARTE IDEAL DE IMÓVEL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. APRECIÇÃO EQUITATIVA. VALOR DA CAUSA. REFERÊNCIA. ZELO PROFISSIONAL. IMPORTÂNCIA DO PROCESSO. MAJORAÇÃO. NECESSIDADE.

1. Ação ajuizada em 11/03/2014. Recurso especial interposto em 06/06/2016. Autos conclusos em 21/11/2016.
2. Aplicação do CPC/2015, a teor do Enunciado Administrativo 3/STJ.
3. A questão trazida a debate no presente recurso, referente à razoabilidade e proporcionalidade dos honorários advocatícios fixados na sentença de extinção de embargos de terceiro sem resolução do mérito, deve ser examinada à luz do CPC/73, vigente à época, haja vista a incidência do princípio *tempus regit actum* e a aplicação da teoria do isolamento dos atos processuais.
4. Excepcionalmente, é admitida a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial, quando o valor fixado nas instâncias ordinárias se revelar irrisório ou exorbitante.
5. Quando fixado mediante apreciação equitativa do Juiz, o valor dos honorários advocatícios deve se basear nos parâmetros previstos no § 3º do art. 20 do CPC - a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço -, sendo que o valor da causa constitui fator a ser sopesado, pois reflete a importância do processo e qualifica o trabalho realizado pelo advogado.
6. São irrisórios os honorários advocatícios fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa.
7. Evidenciado o reduzido valor fixado nos autos (R\$ 2.000,00), notadamente diante do grau de zelo profissional e da natureza e importância do processo para a parte, evidenciada pelo valor a ela atribuído, majora-se a verba honorária para o montante correspondente a 1% (um por cento) do valor atualizado da causa.
8. Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 1638456/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 05/05/2017)

No mesmo sentido: REsp 1348272/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017; REsp 1472941/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 13/03/2015; AgInt no REsp 1513065/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 05/03/2018; AgInt no REsp 1674357/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017; AgInt no AREsp 64.253/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017; e AgInt no AREsp 172.219/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018.

Muito embora não proceda o argumento dos recorrentes de que "*cada patrono faria jus a apenas R\$ 714,28*", pois, em que o polo passivo ser composto por sete réus, há nos autos apenas quatro advogados constituídos, na linha dos precedentes citados e considerando o tempo de tramitação do processo (sete anos), o trabalho realizado pelo advogado, bem assim a importância do processo para as partes representadas, evidenciada pelo valor dado à causa, a verba honorária deve ser majorada para o montante correspondente a 1% do valor atualizado da causa *pro rata*.

Por fim, importante esclarecer que, segundo estabelecem os arts. 85, § 14, do CPC/15 e 23 da Lei 8.906/94, os honorários constituem direito personalíssimo do advogado, de titularidade exclusiva.

Assim, tendo em vista que somente o advogado Carlos Alberto Costa Machado, procurador de dois réus, se insurgiu contra os ônus sucumbenciais fixados pela sentença, a majoração da verba honorária determinada pela presente decisão não beneficiará os demais patronos da causa, pois operada a preclusão.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para majorar os honorários advocatícios para o montante correspondente a 1% do valor atualizado da causa *pro rata*, nos termos da fundamentação.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

